

O IEB E O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO

THE IEB AND THE DEBATE ON EDUCATION DURING THE ESTADO NOVO

EL IEB Y EL DEBATE SOBRE LA EDUCACIÓN DURANTE EL ESTADO NOVO

Vanessa Costa de Macêdo¹, <https://orcid.org/0009-0006-2250-0278>Luciano Mendes de Faria Filho², <https://orcid.org/0000-0002-1023-7138>**Resumo:**

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) como espaço de discussão (e produção) dos problemas brasileiros no período de 1938 a 1944. Para isso, toma como principal fonte de investigação a revista *Estudos Brasileiros*. Delimita-se a forma como o Instituto funcionou com o objetivo de estabelecer-se como espaço de debates e de agendamento dos problemas brasileiros por meio da mobilização de uma rede de sociabilidade intelectual. Entre os problemas brasileiros apresentados foca-se no debate sobre a educação para entender alguns repertórios compartilhados pelo Instituto e pelo fundador em sua rede de sociabilidade para participar do debate público. Conclui-se que essas estratégias produziram aproximações e distanciamentos em relação a outros circuitos de debate, além das práticas implementadas pelo estado em relação às políticas sobre Educação Secundária.

Palavras-chave: IEB; Mattos Pimenta; formação das elites.

Abstract:

This study aimed to analyze the role of the Institute of Brazilian Studies (IEB) as a space for discussion (and production) of Brazilian problems during the period from 1938 to 1944. To this end, it uses the journal *Estudos Brasileiros* as its main source of investigation. We delimited how the institute functioned in order to establish itself as a space for debate and agenda-setting of Brazilian problems through the mobilization of a network of intellectual sociability. Among the Brazilian problems presented, we focused on the debate on education to understand some repertoires shared by the institute and its founder within its network of sociability to participate in public debate. We concluded that these strategies produced both convergences and divergences in relation to other circuits of debate, as well as the practices implemented by the state in relation to policies on secondary education.

Keywords: IEB; Mattos Pimenta; formation of elites.

Resumen:

Este estudio tuvo como objetivo analizar el papel del Instituto de Estudios Brasileños (IEB) como espacio de debate (y producción) de problemas brasileños durante el periodo de 1938 a 1944. Para ello, se utilizó la revista *Estudos Brasileiros* como principal fuente de investigación. Se delimitó el funcionamiento del instituto para consolidarse como un espacio de debate y definición de la agenda de los problemas brasileños mediante la movilización de una red de

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; vcmacedo@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil; lucianomff@uol.com.br

sociabilidade intelectual. Entre los problemas brasileños presentados, se centró en el debate sobre educación para comprender algunos repertorios compartidos por el instituto y su fundador dentro de su red de sociabilidad para participar en el debate público. Se concluyó que estas estrategias produjeron convergencias y divergencias en relación con otros circuitos de debate, así como con las prácticas implementadas por el Estado en relación con las políticas de educación secundaria.

Palabras clave: IEB; Mattos Pimenta; formación de élites.

Introdução

O objeto das pesquisas, que resultou neste texto, apresentou-se à autora e ao autor dele em momentos distintos de investigação. No caso do autor, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) apareceu, quando ele realizava pesquisa sobre a publicação das obras completas de Rui Barbosa como uma das instituições que organizara o debate sobre o Brasil nas décadas de 1930 e 1940. No rastro da instituição, encontrou a revista *Estudos Brasileiros*, periódico do IEB, da qual comprou uma coleção completa numa livraria de livros usados e a doou à Seção de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Educação, dentro do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDOC/FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos poucos espaços de guarda da coleção completa da revista no Brasil. Foi seguindo estas pegadas que a autora, à época doutoranda do PPGE da UFMG, se debruçou sobre a história do IEB e sobre o conjunto das revistas para, a partir delas, elaborar sua Tese de Doutorado.

A busca por bibliografia que nos ajudasse a conhecer melhor o IEB do Rio de Janeiro, como nos referíamos à instituição, não nos trouxe resultados satisfatórios. A partir daí, o contato com a documentação e, sobretudo, com os números da revista *Estudos Brasileiros* nos mobilizou para estabelecermos alguns questionamentos iniciais. O primeiro deles apontava para uma dimensão institucional à qual a revista fazia significativa referência, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Que instituto seria este, com o mesmo nome do famoso Instituto de Estudos Brasileiros da USP, criado por Sérgio Buarque de Holanda em 1962? Perguntávamo-nos, também, de que forma este instituto atuava e que relação estabelecia com a revista que tínhamos em mãos.

Para compreender como o Instituto de Estudos Brasileiros mobilizou diversos intelectuais que participaram de seus debates e publicaram em sua revista, buscamos percebê-lo e seu periódico como sendo um lugar de sociabilidades intelectuais e, de certa forma, como um

intelectual coletivo que tinha por objetivo não apenas conhecer o Brasil, mas também educar suas elites para enfrentar os problemas que diziam existir ali. Nesta perspectiva, vimos também que, além de um espaço de debate público sobre um tema, o Instituto e sua revista participavam de uma rede de sociabilidades que se estendia por todo País que, sob o argumento de o compreender, acabaram, na verdade, produzindo uma imagem do Brasil a partir de uma ótica muito próxima àquela dos dirigentes do Estado Novo.

A noção de mediação parte da concepção elaborada por Jean François Sirinelli (1996) sobre os intelectuais como produtores e mediadores de bens simbólicos de alto valor político. A categoria de análise “intelectuais”, considerada uma categoria de análise de contornos de difícil concepção, foi então redimensionada e ampliada com base na formulação de Sirinelli (1996). Esse redimensionamento estabeleceu-se na diferenciação entre intelectuais mediadores e produtores, assim como na noção de intelectuais engajados. Esta noção acabou se tornando bastante útil para o estudo de atores individuais e coletivos que ocuparam o espaço público durante o século XX.

A concepção de intelectuais mediadores, que vem sendo discutida pela pesquisadora Ângela Maria de Castro Gomes, tem como referência a noção de mediadores culturais a partir dos estudos sobre as sociedades de massa. A noção vem sendo elaborada pelos estudos das áreas de Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais, que têm como referência o livro *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, de Jesus Martín-Barbero (1997). Nessa proposta de estudo da pesquisadora sobre os mediadores há um segundo recorte em relação aos atores políticos, o qual diz respeito aos intelectuais. Segundo Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2015, p. 25), “Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens de produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”. Do mesmo modo, e por isso mesmo, no programa de pesquisa desta historiadora, ganha relevo o estudo dos lugares de sociabilidade, entendidos como periódicos, correspondências, casas editoras, cafés, livrarias e associações culturais, ou seja, a diversidade dos lugares “onde os intelectuais se organizam, mais ou menos formalmente, para construir e divulgar propostas” (Gomes; Hansen, 2015, p. 11)

Já a noção de repertórios culturais, aqui também enfocada, salienta que eles não se prendem exclusivamente a uma filosofia específica, tampouco ganham forma como resultado de propaganda política. Eles emergem em processos históricos específicos e estão imbricados ao

campo cultural de uma época. Para Ann Swindler (1998), eles funcionam como “caixa de ferramentas”, às quais recorrem os agentes sociais, selecionando recursos conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. Trata-se, portanto, de um complexo de hábitos, habilidades e estilos, de visões de mundo, formas de pensar e formas de agir empregados pelas pessoas em diferentes configurações para definir e construir linhas de ação. Partindo das formulações de Charles Tilly e Ann Swindler (1998), Ângela Alonso (2002, p. 39) adverte que os repertórios são compostos por padrões analíticos, por noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem e metáforas, não importando a consistência teórica entre seus elementos. “Seu arranjo é histórico e prático”.

A noção de intelectual mediador aponta para um conjunto de ações, de trocas e de comunicação realizadas através de suportes materiais e propiciadas por um sujeito localizado em um espaço institucional. Esse conjunto de ações realizadas não só leva em consideração o lugar de pertencimento e de ação sobre o qual este sujeito exerce suas atividades, seja em casas editoriais, em museus, escolas e no próprio estado, como também se estabelece a partir de referências do repertório de atuação intelectual de que os sujeitos fazem uso instrumental e performático, permitindo a concretização de suas ações. Essas referências são aqui colocadas por meio da noção de repertório intelectual, ou seja, um conjunto de “maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2002, p. 22), compondo, de certa maneira, um instrumental que proporciona aos sujeitos alcançar determinado interesse.

Neste sentido, através da noção de repertório, esses sujeitos fazem uso de formas socialmente compartilhadas e pertencentes a um determinado campo de atuação. Essas ações encaminhadas por sujeitos e em referência a um repertório acerca de um suporte material, e em relação ao campo político, podem configurar-se como objeto da investigação que coloca o sujeito no centro de uma análise; entretanto, não se encerram no sujeito os processos de comunicação e transmissão. Por outro lado, o sujeito aqui é reconhecido como parte de uma sociabilidade intelectual, dentro de um campo de atuação e fazendo uso de repertórios de ação.

Conforme Ângela Castro Gomes (2015, p. 25) aponta, “o estudo das trajetórias, individuais ou coletivas, não se faz sem a articulação às redes e aos lugares, cuja construção e ação devem ser analisadas para a compreensão das intenções e ações desses atores”. Ainda segundo a autora, o estudioso das sociabilidades “concentra sua atenção na lógica de

constituição de seus grupos, postulando interdependência entre formação de redes organizacionais e os tipos de sensibilidades aí desenvolvidos” (Gomes, 2015, p. 11).

Tendo, pois, como fonte fundamental a revista *Estudos Brasileiros* e mobilizando as noções acima explicitadas, este texto tem por objetivo dar visibilidade ao IEB como lugar de sociabilidade e de mediação intelectuais para as discussões sobre o Brasil durante o Estado Novo, trazendo informações e análises sobre o funcionamento da instituição e acerca das ações de seu fundador, Mattos Pimenta. Dentro dos limites do texto, abordamos, também, a proposta de “árvore do conhecimento”, de Alceu Amoroso Lima e, de certa forma, adotada pelo Instituto e, ainda, a presença do debate sobre a educação no interior do IEB.

Mattos Pimenta, um intelectual mediador

Na criação e na operacionalização das atividades do IEB, fica muito clara a centralidade da posição de Mattos Pimenta. Este intelectual pareceu-nos, ao longo da pesquisa, como um típico representante da geração republicana, geração esta à qual foram creditadas as transformações políticas que encerrariam o poder oligárquico da Política dos Governadores, a renovação dos quadros políticos e a transformação de um País majoritariamente agrário e rural em um país urbano e industrial. Mattos Pimenta, de fato, faz parte dos debates e do ambiente político que unem inúmeros atores em torno da ideia de renovação que acompanha a geração que entrou na vida pública sob os auspícios de um Brasil republicano.

João Augusto de Mattos Pimenta concluiu os estudos secundários ainda em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro e, em 1907, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital da república, onde cursou a Faculdade de Medicina. Ao terminar, fez especialização em Psiquiatria na Faculdade de Medicina de Berlim, na Alemanha. Conforme a explicação do verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV, 2013), “Encontrando-se na Europa, em 1917 participou da Primeira Guerra Mundial como capitão-médico na França até abandonar a profissão em 1918” e, ao retornar para o Brasil em 1919, Mattos Pimenta “tornou-se Superintendente de minas de carvão do Rio Grande do Sul e, logo após, foi diretor da companhia Construtora do Brasil no Rio de Janeiro, função que exerceria até 1926”.

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1980), em seu livro *Elite intelectual e debate político nos anos 1930*, Mattos Pimenta participou da Campanha Civilista, da Reação Republicana e das revoltas republicanas, então chamadas de revoluções, em 1922, 1924 e 1926. Tais movimentos envolveram, na capital da República, os militares e os grupos políticos que representaram as forças que se mostraram contrárias ao governo na Política do Café com Leite entre Minas Gerais e São Paulo. Eles congregavam a ideia de revolução por meio das armas como via de transformação e promoviam o ideal de renovação moral da política e de centralização política.

Mattos Pimenta esteve presente nas discussões da Associação Brasileira de Educação (ABE) não só na aproximação da associação com o Partido Democrático do Distrito Federal (PDDF), mas também nos debates dentro da Seção de Ensino Técnico e Superior da entidade. Ele manteve forte ligação com alguns de seus membros, em especial o Conselho Diretor do departamento carioca da organização: Mário de Brito, Paulo Ottoni de Castro Maia e Ferdinando Laboriau. No livro *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)*, Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), ao pesquisar sobre o processo de organização da ABE, cita Mattos Pimenta, ao reforçar o argumento de que a instituição mantinha relações com o partido, ainda que se colocasse como uma organização apolítica, uma vez que vários dos membros do partido eram associados à ABE. Neste sentido, é tentador pensar que o IEB era, em certa medida, como uma extensão do grupo que ocupou a ABE, em especial da Seção de Ensino Técnico e Superior e do Partido Democrático do Distrito Federal, na década de 1930, principalmente no Estado Novo, em que os quadros intelectuais haviam, em grande parte, ocupado o funcionalismo público, no Ministério da Educação e Saúde, no Ministério das Relações Exteriores, nas universidades, entre outros setores. O IEB buscava atuar como espaço de mediação intelectual entre a intelectualidade incorporada ao Estado, aos grupos que estavam fora do Estado, aos especialistas e equipes técnicas, com um perfil de atuação parlamentar que se voltava exclusivamente para os próprios intelectuais.

Mattos Pimenta publicou vários livros, dentre os quais *Pelo Brasil*, pela editora Paulo, Pongetti & Cia, em 1928; *Um grito de alerta no tumulto da revolução* - uma compilação de artigos publicados no jornal *A Ordem* -, pela editora Ariel, em 1931; e *A epopeia paulista* igualmente pela editora Ariel, em 1933. Este último, que é livro em tom de testemunho histórico, apresenta as razões que levaram ao movimento constitucionalista de 1932, em São Paulo.

Mattos Pimenta, um mediador intelectual, circulou nos meios intelectuais, como associações e partidos políticos, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Participou da Campanha Civilista, passando pela ABE, Partido Democrático do Distrito Federal, Rotary Club, assim como espaços editoriais dos jornais *A Ordem* e *O Imparcial*. Esteve intensamente envolvido nos debates em torno da remodelação do Rio de Janeiro, do movimento tenentista, do Levante Paulista de 1922, da Revolução de 1930 e da Revolta Constitucionalista de 1932.

A criação do IEB

Em abril de 1938, foi criado, na capital federal, por João Augusto de Mattos Pimenta, o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB³ –, o qual manteve atividades regulares pelo menos até o ano de 1944. Segundo seu estatuto, ele seria “uma organização apolítica, não oficial, visando o maior conhecimento do Brasil e a melhor solução dos seus problemas.” Pelo mesmo estatuto, o IEB estaria impedido de exteriorizar opinião própria, atuando, portanto, na organização de debates, diagnósticos e soluções para os problemas brasileiros.

Para isso, apropriando-se do repertório de ação, disponível naquele momento, o Instituto, além de publicar uma revista – a já referida *Estudos Brasileiros* –, desenvolveu uma intensa atividade de promoção de debates, seminários, crítica de livros e trocas sobre o que seus participantes diagnosticavam e, portanto, produziam intelectualmente, os grandes problemas brasileiros, buscando, inclusive, indicar soluções técnicas e/ou políticas para eles. Segundo o texto de exposição, para atingir esse objetivo o IEB

congregará a elite cultural do país, encorajando e desenvolvendo o intercâmbio de ideias, estimulando o debate das questões de alto interesse nacional, tudo dentro de uma justa liberdade de pensamento e um sadio espírito construtivo (Estudos Brasileiros, 1938, p.5).

Tendo sido fundado numa assembleia convocada por Mattos Pimenta em 1938, ele foi, na ocasião, escolhido por votação como seu presidente. À inauguração, seguiu-se com as

³ Duas décadas depois, em São Paulo, na década de 1960, mais especificamente na USP, foi criado outro Instituto de Estudos Brasileiros, por Sérgio Buarque de Holanda, com o propósito de estudar os grandes desafios postos pela modernização brasileira. No entanto, apesar da homonímia e da relativa semelhança quanto aos propósitos, pouca coisa aproxima as duas instituições no cenário intelectual e acadêmico brasileiro

apresentações da Ata de Fundação, da Exposição e do Estatuto, sendo esses três eventos registrados no *Folheto de Divulgação*⁴, além da Classificação de Conhecimentos e Atividades. Tal documento está presente no primeiro número da revista *Estudos Brasileiros*, assim como no *Folheto de Divulgação*, sem data especificada.

Com 16 páginas, em papel similar ao da revista e publicado pela gráfica Mendes Junior, o *Folheto de Divulgação* é um documento que formaliza a criação do Instituto no sentido de marcar não apenas sua existência, mas também seus métodos de atuação e funcionamento. A frase de abertura do folheto, centralizada e isolada na segunda página, indica o propósito de sua existência: “Nas páginas seguintes o leitor encontrará a Ata de Fundação e mais informações necessárias à compreensão das finalidades e dos métodos do Instituto de Estudos Brasileiros”.

A definição dos objetivos do IEB e o interesse em se afirmar diversas vezes, em jornais e através dos enunciados que reclamam para si, como um lugar de totalidade e imparcialidade, dão-lhe esse caráter apolítico que leva a entidade, posteriormente, a elaborar uma nota presente em todos os números da revista, em que se diz:

O Instituto de Estudos Brasileiros é uma organização apolítica, não oficial, visando o maior conhecimento do Brasil e a melhor solução dos seus problemas. Pelos seus mesmos Estatutos está impedida de exteriorizar opinião própria. Quaisquer conceitos dispendidos em conferências, debates e críticas inseridos nesta Revista são, portanto, puramente individuais. O instituto acredita fazer mais para guiar a opinião pública brasileira dando larga hospitalidade a ideias divergentes do que identificando-se com qualquer escola. A revista não aceita, em consequência, a responsabilidade dos pontos de vista aqui manifestados. O que aceita é, apenas, a responsabilidade de lhes dar ensejo de aparecerem em suas páginas (Estudos Brasileiros, 1938, p.5).

Posta claramente para figurar no periódico como elemento permanente em sua diagramação, a nota acima é um resumo do estatuto que reforça o cuidado com a marcação do distanciamento da entidade com interesses individuais, fala intensa e extensa dentro do IEB. Há,

⁴ Tomamos esse documento como fonte por apresentar, prescrever e definir o instituto, marcado principalmente por sua presença não apenas na revista e no *Folheto de Divulgação*, mas nos jornais em circulação no Rio de Janeiro à época. Também confeccionado pela gráfica Mendes Júnior, é provável que tenha sido distribuído entre seus membros em novas ocasiões, em especial nas conferências, uma vez que funcionava como um manual acerca do funcionamento e do objetivo do IEB. Estava situado cronologicamente após a inauguração do instituto e o lançamento da segunda revista, entre setembro e outubro de 1938, em que há a substituição do comandante Eugênio de Castro por Leonídio Ribeiro na função de ligação intelectual.

explicitamente, a transferência de responsabilidade pelas intervenções da instituição para as vozes individuais que participavam do debate, característica esta usual até hoje nos periódicos de todo o mundo.

Além de publicar uma revista, o IEB organizava também, como já se disse, conferências sobre os grandes problemas brasileiros, conforme estabelecia o artigo 27 do seu Estatuto presente no *Folheto de Divulgação* (s/d, p.11):

As conferências serão lidas e não poderão ultrapassar o prazo de quarenta minutos, a seguir o seu assunto será submetido à apreciação de no máximo seis especialistas previamente convidados, que focalizarão de pontos de vista diversos, não podendo cada um falar por mais de dez minutos. As conferências e sua apreciação se farão com justa liberdade de pensamento, assumindo seus autores a responsabilidade dos conceitos que expedirem e mantendo uma norma rigorosamente impessoal e objetiva. Excepcionalmente a juízo do Conselho Diretor, poderá ser dispensada a apreciação dos conferencistas.

Ao longo dos debates realizados nas conferências, o distanciamento acima referido ficava subjacente à fala dos membros e dos convidados do Instituto, assim como havia um certo “apagamento” da presença de seus idealizadores, como do próprio Mattos Pimenta.

Como alcançar um posicionamento isento de comprometimento individual? O IEB propunha, ao fazer uso de uma retórica científica que buscava abordar a totalidade de aspectos de uma questão, alcançar uma ampla apreciação e chegar a conclusões mais bem-acabadas dos problemas. Esse “método” de abordagem do IEB refere-se tanto a um ideário científico, em que as variáveis são aplicadas dentro dos experimentos para se alcançar um resultado adequado previamente testado, como a um caráter parlamentar, em que representantes de setores debatem interesses e chegam a soluções previamente discutidas coletivamente. Assim, remete à tentativa já apontada de contornar os interesses pessoais ou ao predomínio de áreas de atuação e seus atores, como economistas, higienistas, jornalistas, etc., indicando a prática de um tipo de atividade pública diferenciada e maior que os interesses particulares, políticos e privados.

Esta tentativa de o IEB adotar repertórios de debate intelectual e científico se apresentava, também, por meio do reconhecimento da existência do especialista e do conhecimento técnico, considerando seus estudos no debate proposto dentro do Instituto.

Dentro do recorte aqui considerado, ou seja, das conferências tratadas em debates, o modelo de exposição dos textos das conferências variou muito. Dentro da revista, havia aqueles que correspondiam a um debate estabelecido no meio intelectual e espaços de sociabilidade como a ABE, a USP, a Academia Brasileira de Letras e outras. Tais conferências eram lidas em 40 minutos para uma audiência ampla e de, no máximo, seis debatedores convidados. E aqueles marcados exclusivamente pela oralidade, como *O problema do livro nacional*, de Levi Carneiro, *Grandes e pequenos problemas do ensino secundário*, de Jonathas Serrano, por exemplo. Essa prática do debate diz respeito às possibilidades abertas na realização das conferências, o que demonstra um dado importante acerca do funcionamento da instituição, uma vez que o encaminhamento de uma conferência carregada de termos técnicos, dados ou referências bibliográficas intencionava controlar possíveis disputas pelos sentidos e o embate de ideias. Dessa forma, o debate estabelecer-se-ia como previamente amparado e assentado em um registro técnico, o que geraria, e gerou, constrangimento em seu desenvolvimento.

Apesar, especialmente, do alcance que o Instituto poderia produzir na indicação de soluções aos dirigentes políticos do País, ele anunciava distanciar-se das disputas políticas, colocando-se neste lugar, de imparcialidade e totalidade, amparado por atores comprometidos com o saber científico a serviço do desenvolvimento da nação.

Graças a essa universalidade de visão, e a esse concurso de forças construtoras, o problema será considerado em todas as suas faces, caminhos serão abertos a soluções mais adequadas, maior, enfim, será o rendimento da inteligência brasileira pelo aproveitamento sinérgico dos seus melhores elementos [...] Arrolados, assim, os representantes da cultura de todo o Brasil, com indicação de seus conhecimentos especializados, o Instituto promoverá precipuamente conferencias sobre assumptos e problemas brasileiros, tratados sempre por uma autoridade e submetidos ao debate imediato de outros, de modo a esclarecer e informar a opinião nacional (Folheto de Divulgação, s/d, p. 05).

O Instituto de Estudos Brasileiros, por meio dessa dinâmica de funcionamento, buscava se credenciar no espaço de mediação entre intelectuais e o Estado. A especificidade reclamada, que o diferenciava de outros espaços de sociabilidade, não era propriamente a de ser um espaço de acolhida intelectual, mas por implementar estratégias de atuação no espaço público, as quais poderiam ser verificadas no modo como dispunha seu quadro de funcionamento, seu modelo de recrutamento e a estrutura de seu debate. O Instituto visava com isso criar

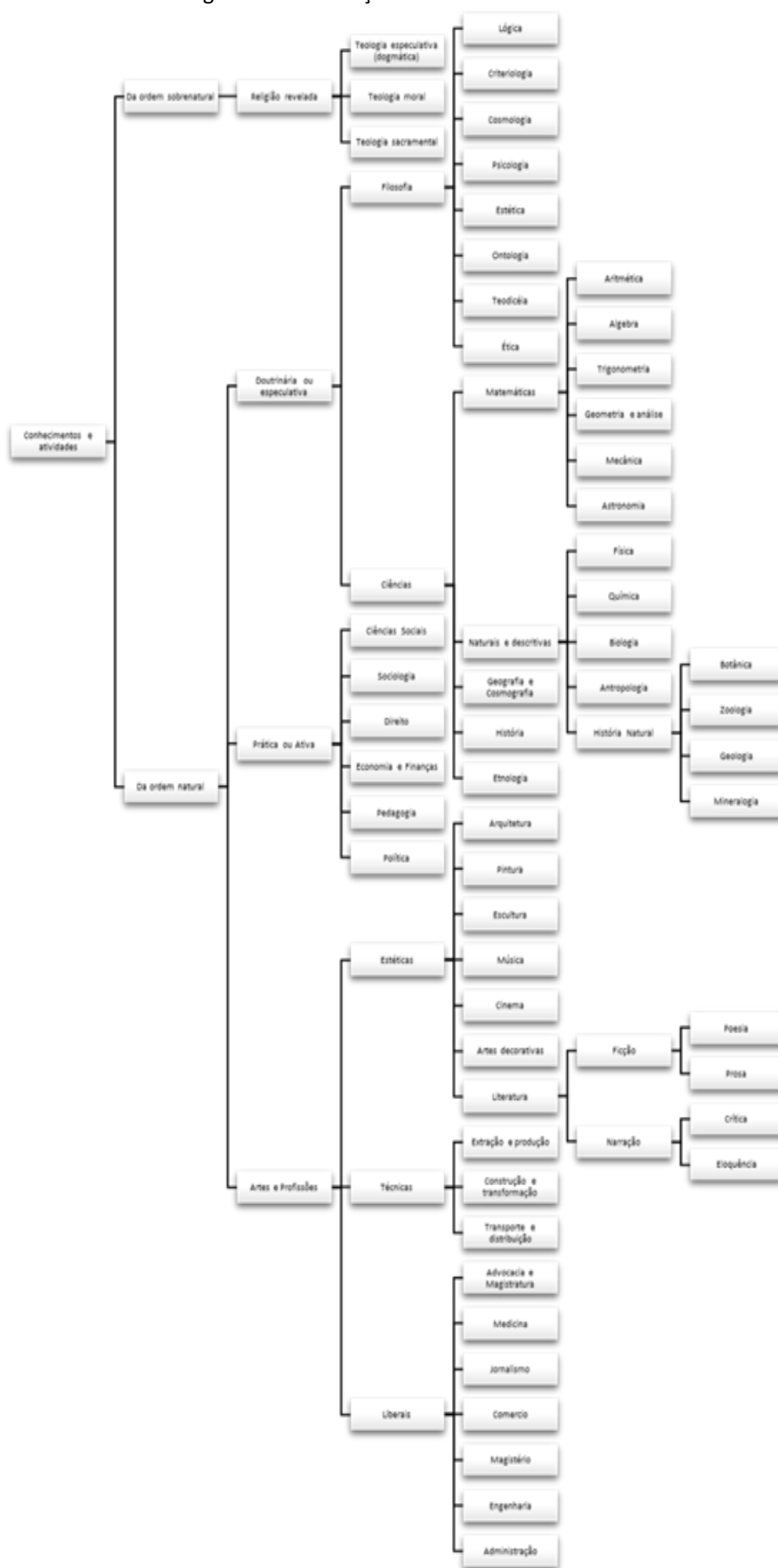
ferramentas que atingissem seus objetivos de “melhor conhecimento do Brasil e solução dos seus problemas”.

Sendo ações preliminares que estruturavam a organização e o funcionamento do IEB, as duas providências foram posteriores à votação do presidente do Instituto e à escolha de um secretário geral.

A classificação dos ramos da cultura é um quadro que estrutura áreas e subáreas de conhecimento e atuações, denominado Classificação de Conhecimentos e Atividades, presente apenas no *Folheto de Apresentação* do IEB. Trata-se de um quadro de natureza epistemológica, elaborado por Alceu de Amoroso Lima, em que se propõe separar conhecimento (ciência) e atividades (trabalho), fundamental para estabelecer e reconhecer lugares de atuação intelectual dos que participaram das atividades do Instituto, ou seja, possibilitar a “universidade de visão” e a apreciação completa dos problemas da Nação.

A primeira separação de Conhecimentos e Atividades, presente no quadro, consiste em Ordem Natural e Ordem Sobrenatural. A Ordem Sobrenatural desdobra-se em Religião Revelada e, posteriormente, em Teologia Especulativa (dogmática), Teologia Moral e Teologia Sacramental (liturgia). A Ordem Natural é dividida entre: Prática ou Ativa, e Doutrinária ou Especulativa. O ramo Doutrinária ou Especulativa encontra-se dividido entre Filosofia e Ciência. O ramo da Ciência se desdobra entre Matemática e Naturais e Descritivas, em que encontramos, por exemplo, a Física, a Antropologia e a História no mesmo ramo, ou seja, fazem parte da ordem natural de caráter doutrinário ou especulativo e são ciências naturais no ramo de conhecimento e atividades (Figura 1).

Figura 1: Classificação de conhecimento e atividades



Fonte: Folheto de Divulgação (s/d, p. 11)

A divisão entre a Ordem Natural e a Ordem Sobrenatural tem como fundamento o Tomismo, a fim de associar o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do catolicismo, estabelecendo graus de importância entre as duas ordens, com prevalência da Ordem Sobrenatural sob a Ordem Natural. Entre os intelectuais católicos atuantes no Centro Dom Vital estava Jackson de Figueiredo, de quem Alceu Amoroso Lima se aproximou até se tornar editor da revista *A Ordem* e atuar, ativamente, segundo o pensamento católico, que ganhou novo impulso em 1920 e 1930.

Podemos observar a Figura 1 a partir do ponto de vista horizontal, em que a Ordem Sobrenatural se sobrepõe à Ordem Natural e organiza não só os pertencimentos dentro dos ramos, mas também os graus de maior alcance e aproximação ao sobrenatural, ou à Religião Revelada católica. Ali, o grau mais alto da Ordem Natural é a Filosofia; e, dentro da Filosofia, a Lógica; por outro lado, o grau mais baixo de conhecimento e de atividade são as profissões liberais, como a Engenharia e a Administração.

A revista *Estudos Brasileiros*

Do ponto de vista da presença pública do IEB no cenário intelectual brasileiro, a menina dos olhos era, sem dúvida, a revista *Estudos Brasileiros*. Foi produzida pela Gráfica Mendes Júnior entre 1938 a 1944 e trazia os debates realizados pelo Instituto com o texto da conferência e as falas dos debatedores estenografados, ou seja, taquigrafados. Além dos textos das conferências acompanhadas de debates, indicava estudos e uma revisão de livros chamada *Revista de Livros*, elaborada pelo Conselho Editorial.

A revista *Estudos Brasileiros* foi produzida entre os anos entre 1938 e 1944, período de funcionamento casado com o Estado Novo Brasileiro entre 1937 e 1946. Foi um período de intensas disputas no espaço público em torno de temas como imigração, industrialização, trabalho, etc. Foi um período dos grandes diagnósticos de Brasil, um período de voltar-se para si mesmo, definindo quais as razões de nosso atraso, quais as nossas riquezas, como se constituía o nosso povo, quais os problemas e quais as soluções.

Diferentemente do período anterior, especialmente a década de 1920, as sociabilidades intelectuais estavam mais ou menos organizadas em sociedades civis, em casas editoriais e em instituições como a própria Academia Brasileira de Letras, o Instituto Geográfico Brasileiro e as

Universidades de Medicina e Direito. A década de 1920 foi marcada pelo Movimento Modernista e a Semana de Arte Moderna, a intensa circulação de periódicos e uma “abertura para o mundo”, além de uma profunda crítica à política oligárquica da República Velha. Este período encontrou seu desgaste nos anos de 1930, com a chamada Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no centro do poder, trazendo um pacote de reformas e de institucionalização pública no País. O período entre 1930 e 1937 reordenou as mobilizações que permitiram a revolução em 1930, os antigos grupos que se organizaram em favor das mudanças políticas, assim como seus repertórios de atuação.

A revista *Estudos Brasileiros* tinha como objetivo publicar a cada dois meses quatro debates realizados, ou seja, dois debates realizados em cada mês. Cada revista publicada ao final de dois meses correspondia a um número. Cada número correspondia aos debates realizados em dois meses, a cada seis meses correspondiam a um volume e a cada dois volumes correspondia ao ano da revista. Ou seja, quando a revista teve o seu primeiro número publicado em setembro de 1938 apresentou como referência Anno I – Volume 1 - Número 01 - Julho – Agosto de 1938 e assim por diante.

Essa organização da revista acabava impondo um ritmo cronológico de realização dos debates, o que tornava difícil precisar a data de sua publicação. Entretanto, deixava evidente o caráter periódico da publicação, voltada para ser publicada a cada dois meses, referentes os debates então realizados. Como era relativamente comum ao período não era fácil manter empreendimentos periódicos, e a revista *Estudos Brasileiros* também encontrou suas dificuldades, gerando um acúmulo de números em apenas uma revista, como por exemplo, o última publicada em que consta Anno VII - Volume 13 - Número 37, 38 e 39 - Julho - Agosto - Setembro - Outubro - Novembro - Dezembro de 1944.

A proposta inicial era publicar seis exemplares ao ano. Entretanto, essa frequência foi verificada apenas nos dois primeiros anos de publicação, ou seja, entre julho de 1938 a julho de 1940. A partir daí, verificamos a perda da regularidade. Ela apenas retornou timidamente entre janeiro e julho de 1942, possivelmente devido à mudança do editor-chefe. Ao todo, no período, foram publicados 39 números da revista, organizados em 13 volumes, como ilustra o Quadro1.

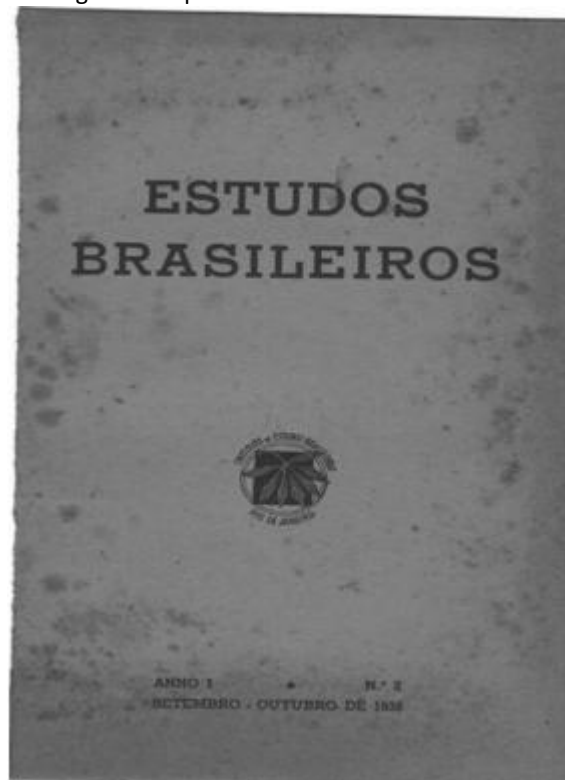
Quadro I – Quadro geral de publicação

Estudos Brasileiros	Ano	Volume	Número	Período	
ano i	1938	volume 1	n.º 01	jul. – ago.	
			n.º 02	set. – out.	
			n.º 03	nov. – dez.	
	1939	volume 2	n.º 04	jan. – fev.	
			n.º 05	mar. – abr.	
			n.º 06	maio – jun.	
ano ii	1939	volume 3	n.º 07	jul. – ago.	
			n.º 08	set. – out.	
			n.º 09	nov. – dez.	
	1940	volume 4	n.º 10	jan. – fev.	
			n.º 11	mar. – abr.	
			n.º 12	maio – jun.	
ano iii	1940	volume 5	n.º 13 e 14	jul. – ago. – set. – out..	
			n.º 15	nov. – dez.	
	1941	volume 6	n.º 16 e 17	jan. – fev. – mar. – abr.	
			n.º 18	maio – jun.	
	ano iv	1941	volume 7	n.º 19, 20 e 21	jul. – ago. – set. – out. - nov - dez.
				n.º 22	jan. – fev.
1942		volume 8	n.º 23	mar. – abr.	
			n.º 24	maio – jun.	
			ano v	1942	volume 9
nº 28		jan. – fev.			
1943	volume 10	n.º 29 e 30		mar. – abr. - maio – jun.	
		n.º 31, 32 e 33		jul. – ago. – set. – out. - nov - dez.	
ano vi	1943	volume 11		n.º 34, 35 e 36	jan. – fev. – mar. – abr. - maio – jun.
				n.º 37, 38 e 39	jul. – ago. – set. – out. – nov. – dez.
ano vii	1944	volume 12			
		volume 13			

Fonte: Elaborado pela autora

Do ponto de vista de sua materialidade e apresentação, a revista tem um formato de 12cm x 22cm e não traz em suas páginas nenhum anúncio ou propaganda. Suas seções são: capa, contracapa, folha de rosto, sumário, conferências, debates e notícias sobre os conferencistas. Nos “capítulos”, há tanto o texto da conferência quanto os debates e, após esta seção, encontramos a seção revista ou a seção crítica de livros. A menção à gráfica da revista é mínima e quase imperceptível, constando apenas como 4768 – C. Mendes Júnior – Rio, gráfica que funcionou no Rio de Janeiro na Rua Riachuelo, n.º 192. O levantamento realizado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional apresenta 36 diferentes tipos de publicação, entre livros e periódicos. Publica também documentos oficiais, especialmente do Ministério das Relações Exteriores entre 1940 e 1945.

Figura 2: Capa da revista *Estudos Brasileiros*



Fonte: Estudos Brasileiros (1938)

Os temas publicados pela revista foram os mais variados, tratando desde estradas até aqueles relativos à educação, publicados sempre a partir das conferências realizadas sobre eles. Por meio destes, foi-se constituindo, ou reforçando, um repertório para falar do Brasil a partir de seus problemas.

No que diz respeito, por exemplo, à educação, os temas que comparecem no conjunto de revistas organizado como números 7, 8 e 9, correspondentes ao volume 3, abordam as conferências realizadas no segundo semestre de 1939. Uma vez que esse volume apresenta uma continuidade de paginação, isso nos indica que tenham sido produzidos e publicados dentro de um mesmo intervalo.

Esta edição apresenta um conjunto de conferências nas quais o debate da educação é mobilizado como eixo central para se pensar um projeto de nacionalidade através de temas como ensino secundário, formação de professores, disciplinas escolares, tempos, etc., e o faz convocando conferencistas e debatedores. O que veremos a seguir é uma tentativa de aproximar o IEB com o debate estabelecido em torno das reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos, os marcos regulamentais sobre o Ensino Secundário, como eixos de conflito entre intelectuais presentes dentro do Estado, assim como de instituições como o Colégio Pedro II, a extinta Universidade do Distrito Federal e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP, onde o IEB buscou se estabelecer como espaço para discutir tais temas. Objetivamos neste recorte mostrar como o IEB conduziu estes debates, revelando não só agenciamentos, mas a conexão com o grupo católico que se colocava contrário ao projeto de educação, liderado por Anísio Teixeira, à frente da Faculdade Nacional de Filosofia.

Quadro 2 – Conferências sobre educação presentes no Volume 3

Referência	Data	Tema	Conferencista	Debatedor
Número 07 julho - agosto de 1939 Volume 03	15 de junho de 1939	Grandes e pequenos problemas do Ensino Secundário	Jonathas Serrano	Josué de Affonseca
				Euclides Roxo
				Venancio Filho
				Fernando Raja Gabaglia
	23 de junho de 1939	Algumas necessidades do Ensino Médico	Antônio de Almeida Prado	André Dreyfus
				Alvaro Osorio de Almeida
				Souza Campos
				Rocha Vaz
Número 08 setembro – outubro de 1939) - Volume 03	24 de junho de 1939	O problema fundamental do ensino	Mario de Brito	Jonathas Serrano
				Antonio de Almeida Prado
				Branca Fialho
	07 de julho de 1939	A formação secundária e a formação das elites	Castro Barretto	Lourenço Filho
				Francisco Venancio Filho
				Branca Fialho
				Luiz Camillo de Oliveira Netto
	21 de julho de 1939	O problema dos trabalhos manuais na educação	Francisco Venancio Filho	Pascoal Leme
				Joaquim Faria Góes
				Fernando de Segismundo
				Nereu Sampaio
				Edgard Sussekind de Mendonça
	4 de agosto de 1939	Reeducação da infância abandonada	Candido Motta Filho	Castro Barreto
				Vicente Piragibe
Número 09 novembro - dezembro Volume 03	11 de Agosto de 1939	Testes – Considerações pedagógicas	Edgard Sussekind de Mendonça	Moisés Xavier de Araújo
				Jacyr Maia
				Murillo Braga
				Antonio Moreira
	8 de setembro de 1939	Fundamento psico-sociológico do teste	Augusto César Veiga	Padre Helder Câmara
				Edgard Sussekind de Mendonça

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos debates apresentados no volume 3 da *Estudos Brasileiros*, e daqueles da primeira edição da revista, já referidos, há duas outras conferências sobre educação, uma de Josué de Affonseca, publicada em 1940, e outra de Edgard Sussekind de Mendonça, igualmente no mesmo ano.

Como podemos ver, no conjunto dos textos, a formação das elites dirigentes através da formação secundária foi um tema importante no Instituto, compartilhando, assim, um argumento central no projeto educacional do Ministro Capanema (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000). Por sua vez, o Instituto trouxe os debates que se estabeleceram em torno das grandes reformas empreendidas pelo ministério a partir de 1932 com a Reforma Francisco Campos e dos decretos que se seguiram sobre o tema. Entretanto, o debate no Instituto foi estabelecido por meio da explicitação de posições intelectuais que defendiam projetos e sentidos para a educação nem sempre concordantes.

Seu estatuto menciona que sua distribuição seria gratuita para seus membros, sendo estes o Conselho Diretor e os delegados regionais, além do fundador e dos mantenedores do instituto, que faziam contribuição. E, ainda, que sua venda avulsa poderia ser realizada em sua sede e que a assinatura dela seria uma das formas de financiar o Instituto. Seu público-alvo eram aqueles que se “beneficiariam do espírito construtivo”, nomeado como a elite cultural. Em relação à sua circulação, deve-se considerar, em primeiro lugar, que, como não era uma revista de fácil acesso em espaços de guarda e entre outros espaços públicos, isso nos indica uma possível tiragem ínfima direcionada a poucos de seus membros, mantenedores e assinantes. Em segundo lugar, deve-se dimensionar o aspecto material do periódico, ou seja, o formato de livro e a ausência de propaganda. Essas dimensões do impresso dão conta do alcance do empreendimento, ao menos em termos de proposição. Se por um lado era necessário estabelecer contato com intelectuais por todo o País, por outro lado a circulação de sua revista teria como público os próprios intelectuais, objetivando alongar o debate realizado no IEB pelo Brasil.

Encontramos no periódico uma profusão de tipos e modelos de textos. Muitos deles apresentam referências bibliográficas, citações, outros se assemelham a ensaios. Muitos, ao longo do tempo, não são objeto de debate algum, o que nos faz supor serem textos recebidos para publicação. Como em sua maior parte os textos da revista são as conferências e seus debates, é possível perceber as marcas da oralidade de uma palestra, assim como marcação do

escrito, o que indicia que o conferencista já o elaborara com antecedência. Por outro lado, o debate que se segue à conferência apresenta um forte teor da oralidade, com críticas, pausas, risos e discussão. Tais marcações necessitaram do trabalho de registro, o que revela a existência de um secretário acompanhando as conferências e, ao mesmo tempo, reforça a importância da dinâmica conferência-debate no Instituto, bem como dos debatedores e dos convidados no seu projeto. A ideia de que a presença na condição de debatedor se faz através dos convites encaminhados por Mattos Pimenta demonstra que o debate não estava aberto a todos e, sim, a uma elite cultural. Aqui há um dispositivo de poder, executado através da formalização da participação, ou seja, uma participação que é encaminhada por um sujeito que não está apagado, mas que executa ações.

O IEB reclamou para si o papel de apontar soluções. É importante lembrar que durante o Estado Novo, Getúlio Vargas havia dissolvido o congresso e se centralizado na figura do líder único do executivo. Havia no IEB a prerrogativa de se constituir como um espaço livre de posicionamentos e vínculos pessoais e políticos, entretanto, este fator não impediu a vinculação e a referência a personagens, grupos e posições. Havia o reconhecimento do Estado como um elemento dentro da estratégia de atuação do IEB, uma vez que autoridades militares e políticas e intelectuais dentro do funcionalismo público eram frequentemente chamados para dialogar sobre planos de atuação e questões de responsabilidade do governo federal. A relação mais próxima que Mattos Pimenta estabeleceu com o Ministério das Relações Exteriores, na figura do ministro Osvaldo Aranha, demonstra o quanto o IEB, nos termos de sua atuação, reconhecia a importância da presença do Estado.

A representação de interesses de grupos e classes sociais num arranjo corporativo, isto é, sob a forma de uma política de colaboração entre patrões e empregados, tutelada pelo Estado; a crença na capacidade técnica posta a serviço da eficiência do governo e acompanhada da supressão do dissenso (Schwarcz; Starling, 2015, p. 375).

O Estado Novo criou um amplo espaço de diálogo entre intelectuais com o Ministério da Educação e Saúde, comandado pelo ministro Gustavo Capanema, e o próprio Itamaraty, além de ter incorporado muitos deles ao funcionalismo público. Por outro lado, o mesmo Estado Novo, que estabeleceu uma relação de aproximação com os intelectuais e artistas, também criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP –, que acompanhava desde o mercado editorial,

propaganda, cinema, música etc. A ambivalência em que esses homens se encontravam em meio à estrutura de Estado autoritário e centralizador é, ao mesmo tempo, o que torna possível a incorporação de muitos deles, além da realização de projetos políticos no próprio Estado. Portanto, o perfil parlamentar que o IEB se propôs a coordenar não foge do cenário em que esses intelectuais se moviam e atuavam, uma vez que era em meio a essa sociabilidade e em direção à execução de ações abraçadas por este que esses homens agiam.

O acirramento do debate, a radicalização de posições políticas, a entrada considerável de intelectuais no funcionalismo público, a ampliação do aparelho de Estado, modificaram o quadro de atuação desses sujeitos não apenas no estabelecimento de ligações e na montagem de redes de sociabilidade, mas também no reordenamento do campo de atuação intelectual. Sergio Miceli (1979) chama de racionalização burocrática o modo como a procedência social se mescla às novas necessidades das décadas de 1930 e 1940, configurando um novo tipo de ordenamento com o auxílio da intelectualidade proveniente das classes dirigentes em decadência.

Embora publicamente Mattos Pimenta não tenha dirigido apoio ou estabelecido relação com o governo de Getúlio Vargas, ele não criou uma posição de enfrentamento, mas sim, de complementariedade aliada, por sua vez, à mediação entre setores intelectuais e o Estado. Entender o tipo de inserção do IEB na sociabilidade intelectual carioca e brasileira remete-nos à compreensão da sua constituição em lugar de sociabilidade. Em uma escala maior está o modo como essa intelectualidade, atuante na Capital da República, se insere nos debates do período e define um campo de atuação e, em uma escala menor, a forma como o sujeito coletivo IEB exerce mediação de temas e pessoas se engajando na disputa do campo intelectual e político em que se movimentava. Enfim, de modo duplo, o IEB constituiu e foi constituído por essa sociabilidade. Sua atuação na mediação dos sujeitos se realizava a partir do uso das formas de inscrição social desses intelectuais no contexto do Rio de Janeiro no período em que funcionou.

Considerações finais

Fundado e dirigido por Mattos Pimenta, o Instituto de Estudos Brasileiros funcionou no Rio de Janeiro de 1938 a 1944 com o objetivo de se estabelecer como espaço de debate intelectual para produzir e agendar temas tidos como “problemas brasileiros”, podendo cruzar

sujeitos em posições distintas, localizados ora no aparelho estatal, ora em associações, ora em empreendimentos editoriais.

O cenário intelectual, após a Revolução de 1930, tinha uma diferença importante em relação às décadas anteriores: muitos dos grupos que haviam se organizado coletivamente em associações e instituições ocupavam, então, lugares distintos e em disputa pelas transformações sociais elaboradas por reformas, legislação e práticas governamentais do estado centralizador de Getúlio Vargas. O IEB, reconhecendo que essa disputa, radicalizou os sujeitos em posições antagônicas e, para isso, elaborou um escopo de atuação, baseado em práticas de controle, ancoradas em um repertório de imparcialidade e totalidade dos temas e sujeitos, endereçados a realizar o encontro deles.

Nosso objetivo foi entender como este espaço constituiu um espaço de sociabilidades em que os intelectuais mobilizavam repertórios de funcionamento e de linguagem na produção de sentidos para o Brasil. Buscamos estabelecer essas estratégias por meio dos repertórios do ideário científico e do campo intelectual, que permitiu aos sujeitos circular e defenderem posições, apontando problemas e tecendo conflitos e projetos. Tal questão nos impulsionou a entender como o Instituto promoveu encontros entre a elite cultural e os especialistas, agendando pautas e reconhecendo projetos. Com isso, em grande medida, este objetivo foi possibilitado pela noção de formação das elites dirigentes, as mesmas que compunham os quadros de atuação do Instituto, que participavam dos debates, que estabeleciam reconhecimentos e projetos. Neste sentido, em grande medida, falamos sobre como o campo intelectual, tendo o Instituto como reflexo deste campo, assim como o debate estabelecido, empreendeu mecanismos e processos para se debater sobre um lugar de pertencimento, ou seja, de si como elite intelectual dirigente e a partir de mecanismos que legitimavam a esta mesma elite os dispositivos para atuar, circular e empreender projetos de pertencimento intelectual.

No conjunto de ações, o IEB se configurou como um projeto intelectual e político ambicioso e abrangente. Mattos Pimenta havia participado tanto do debate sobre a remodelação do Rio de Janeiro, como ativamente do núcleo do Partido Democrático do Distrito Federal e da ABE desde sua criação, além de criar o jornal *A Ordem* e estar na direção do jornal *O Imparcial* às vésperas da chamada Revolução de 1930. Entretanto, o Instituto, pretendendo funcionar como sujeito coletivo imparcial, estabeleceu um reconhecimento do campo intelectual da capital da República nos anos do Estado Novo. Esse reconhecimento do campo (elite cultural

e especialistas) permitia-se, teoricamente, circular entre intelectuais posicionados em temas de conflito, radicalizados em posições muitas vezes antagônicas. Ao propor este espaço como a convergência de posições, buscava se estabelecer como mediador em torno de temas de interesse nacional, isso sem deixar de reconhecer o governo federal como agente de transformação, assim como associações, instituições e, principalmente, o debate como elemento constituinte das disputas de sentido no espaço público.

Mattos Pimenta pareceu-nos ser um fio condutor do Instituto, não apenas por ocupar lugar central e oficial na criação, mas principalmente pelo rastro de sua presença e das intervenções ao longo dos debates, permitindo assim a redução da escala em um sujeito que circulou entre espaços e redes de sociabilidade fundamentais para se compreender o período no Rio de Janeiro.

Por fim, não podemos deixar de explicitar uma dúvida que nos acompanhou ao longo de nossas investigações: se o IEB teve uma certa importância no período, quais as razões do seu esquecimento? Sabemos que projetos editoriais, instituições, associações e governos investiram ao longo do século XX na manutenção de sua memória, em torno de ações de rememoração e de fortalecimento de seus papéis no campo de atuação a que pertenciam. Mas...

Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)*. Cidade: EDUSF, 1998.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CEPDOC. Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-matospimenta>. Acesso em: 18 fev. 2013.

GOMES, Ângela de Castro. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 25.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 25.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (coord). *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 1930*. Rio de Janeiro: FGV/FNL/MEC, 1980.

SCHWARCZ, Lília Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SIRINELLI, Jean Francois. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene. *Por uma história política*, Rio de Janeiro, FGV, p.231-269, 1996.

SWINDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, n. 51, p. 273, 1989.

SOBRE OS AUTORES

Vanessa Costa de Macêdo. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Editora, Coltec/UFMG.

Contribuição de autoria: Conceptualization, Investigation, Formal analysis, Data curation, Supervision, Writing – original draft, Visualization.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3014650075470112>

Luciano Mendes de Faria Filho. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor visitante, UFPE, atua no Grupo de Pesquisa Portal do Bicentenário e do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI), do Centro de Educação da UFPE.

Contribuição de autoria: Methodology, Funding acquisition, Supervision, Writing – review & editing.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5231108948366370>

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT (OpenAI)) apenas para apoio à tradução dos resumos para inglês e espanhol, mantendo-se integralmente sob responsabilidade dos autores a revisão, a validação e a versão final do texto.

Submetido em: 03.12.25

Aprovado em: 08.05.26

Publicado em: 26.06.26